

**O QUE NÃO É EFETIVO, NÃO TRANSFORMA! AS QUESTÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA FORMAÇÃO DE
PROFESSORES/AS DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

**WHAT IS NOT EFFECTIVE, DOES NOT TRANSFORM! ISSUES
OF GENDER AND SEXUALITY IN THE TRAINING OF
PHYSICAL EDUCATION TEACHERS**

Paula Viviane Chiés¹

¹ Pós-Doutora e Doutora em Psicologia. Docente do Centro Universitário Euro Americano - UNIEURO, onde lidera o Grupo de Estudos Socioculturais e Pesquisa em Educação Física - GESPEF. O referido grupo é membro da REDE CEDES/FEF da Universidade de Brasília - UnB.

ABSTRACT

The present study analyzes the effectiveness of the inclusion of gender and sexuality themes in the initial and continuing Physical Education teacher training, believing that the beliefs of these teachers on these themes, together with the identification of their perceptions about their own experiences and qualification/training may indicate how and by which paths the proposals for teacher training should be advanced today. The study sample consisted of eight Physical Education teachers, within the same number of men and women, and working in public and private schools in Brasília or the Federal District. For data collection, the contact with the study participants took place via email/whatsapp, then the access link for the form was sent to them, in which a semi-structured interview was digitally applied through google app forms. The results suggest the presence of biological references in the reflections on gender and sexuality of the participants, which makes possible the naturalization of inequalities operated in schools, in addition, there is a scarce and incipient training of these professionals in relation to such approaches, which is not provides them with competence for the pedagogical treatment of gender and prejudice issues in schools.

RESUMO

O estudo analisou a efetividade da inserção das questões de gênero e sexualidade nos cursos de formação de professores/as de Educação Física, e as percepções desses profissionais quanto a suas qualificações para o trabalho pedagógico com esses temas. A amostra foi composta por oito professores de Educação Física, dentro de um mesmo quantitativo de homens e mulheres, e lotação em escolas públicas e privadas de Brasília ou do Distrito Federal. Para a coleta de dados, o contato com os/as participantes do estudo ocorreu via email/whatsapp, logo em seguida foi lhes encaminhado o link de acesso ao formulário, no qual foi aplicada uma entrevista semiestruturada construída e aplicada digitalmente através do app *forms* (formulários) do *google*. Infere-se a presença de referenciais biológicos nas reflexões sobre gênero e sexualidade dos/as participantes, o que viabiliza a naturalização de desigualdades operadas nas escolas, além disso, há uma escassa e incipiente formação desses profissionais em relação a tais abordagens, o que não lhes possibilita competência para o tratamento pedagógico das questões de gênero e preconceito nas escolas.

INFORMAÇÕES DO ARTIGO

Histórico do Artigo:

Submetido: 17/08/2020

Aprovado: 22/10/2020

Publicação: 18/07/2022

Keywords:

Gender; Sexuality;
Teacher Training.

Palavras-chave:

Gênero; Sexualidade;
Formação Docente.

INTRODUÇÃO

O conceito de gênero, desde a emergência do pensamento de Simone de Beauvoir (1940), ao afirmar que “não se nasce mulher, mas se torna mulher”, tem se transformado e multiplicado os seus sentidos, justamente porque Butler (2014) passa a dimensionar o conceito como próprio à formação da identidade do ser humano, assim, gênero não poderia ser “aprisionado” à polarização de *ser homem* ou *ser mulher*. Falar de gênero não é fácil, não é um tema que passe despercebido, mesmo em discussões acadêmico-científicas, nota-se o incômodo de diferentes grupos. Uma das justificativas que elucida esse contexto é o fato de que as transformações do conceito de gênero têm questionado diretamente concepções mais conservadoras intelectuais e, principalmente, algumas visões religiosas que abarcam a mentalidade cotidiana no Brasil, por isso observa-se a relutância da sociedade em discutir as questões de gênero e sexualidade nas escolas.

Por outro lado, muitas investigações afirmam a importância dos estudos de gênero e sexualidade no contexto escolar, sobretudo, justificando que a instituição escola e a própria educação devem apresentar um compromisso ético-político pautado no respeito e acolhimento a essa diversidade. Pesquisas que abordam as possibilidades e desafios de desconstruir concepções, além de relatos sobre as dificuldades de debater temas como gênero e sexualidade na escola, preconizam que tais abordagens inseridas na formação de professores/as têm sido fundamentais para contribuir com o enfrentamento dessas problemáticas e construção de processos educativos inclusivos. De tal modo, esses estudos abordam a importância da formação de professores/as para a superação das discriminações de gênero nas escolas (DINIS, 2008; GESSER, OLTRAMARI, PANISSON, 2015; LOURO, 1997, 2000, 2003, 2004; MADUREIRA, BRANCO, 2015; ROHDEN, 2009).

Um exemplo notório da busca pela adequação dos estudos de gênero e sexualidade no campo de formação de professores/as é o curso *Gênero e Diversidade na Escola* (GDE). O referido curso foi criado em 2005 a partir de uma parceria da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) com o Conselho Britânico, visando à elaboração de uma ação de formação na temática de gênero e feminismo para o corpo docente da rede

pública de educação. Dessa união de esforços efetivou-se a proposta de elaboração de um curso de formação de professoras/es nas sistemáticas de gênero, relações étnico-raciais e orientação sexual a qual contou com participação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD²), da Secretaria de Educação a Distância, ambas do Ministério da Educação (MEC), mais a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e o Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) (BRASIL, 2010). Foi feito um projeto piloto de um curso de educação a distância para a formação de professores da rede de ensino médio. Nessa edição o piloto foi aplicado nas cinco regiões do país, contemplando ao todo seis municípios. O projeto piloto teve mil vagas ofertadas, duzentas para cada município e ao seu final a taxa de evasão ficou abaixo de 19%, o que é considerado para cursos desse tipo de metodologia, um índice muito baixo de desistência.

O sucesso do referido projeto levou o curso a ser incluído na rede da Universidade Aberta do Brasil (UAB) do Ministério de Educação (MEC). Após a execução do projeto piloto, o curso *Gênero e Diversidade na Escola* (GDE) nas subsequentes edições foi executado pela Universidade Aberta do Brasil (UAB) da CAPES/MEC em convênios com universidades públicas. Em 2008 foi assinado convênio com 20 universidades para sua oferta, via a modalidade de educação à distância. Na primeira rodada foram capacitados mais de 13 mil professoras e professores. O edital de 2009 para a implementação do Curso recebeu adesão de mais 11 universidades, o que elevou para 31 universidades ofertantes, distribuídas por diversos estados brasileiros. Dessa oferta participaram cerca de 15 mil professoras/es.

Para compreender as repercussões do *curso Gênero e Diversidade*, Soares e Monteiro (2019), analisaram a influência desse sobre a abordagem das temáticas gênero e sexualidade na prática pedagógica de 12 professores/as de Ciências do Ensino Fundamental no Estado do Rio de Janeiro, particularmente no ensino de Ciências. A partir

²Do ponto de vista da garantia do direito à educação para a diversidade, a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), no ano de 2004, representou um importante avanço ao visibilizar sujeitos historicamente silenciados e excluídos do processo educacional (JAKIMIU, 2021). Apesar das possibilidades de transformações vislumbradas em prol do combate às discriminações, deve ser ressaltado que no governo em vigência, a referida secretaria foi extinta em 2019.

de uma pesquisa de uma abordagem qualitativa, com entrevistas semiestruturadas constatou-se que o curso contribuiu para ampliar a visão dos/as docentes acerca da construção sociocultural das identidades sexuais e de gênero, e subsidiou a implementação de atividades sobre o tema no contexto escolar. Os depoimentos assinalaram para a necessidade de formação continuada de profissionais da educação e de iniciativas de consolidação das ações dentro das instituições escolares, pois há ainda condições limitadas de trabalho com essas temáticas, assim como falta de incentivos e entraves diversos, o que se configura, conseqüentemente, pequenas e isoladas iniciativas, estando a valia de uma disposição pessoal do/a professor/a para a inserção dessas questões em sala de aula e enfrentamento de todas as adversidades na afirmação dos direitos de equidade.

Particularmente na área de Educação Física encontra-se um campo fértil de discussões sobre a manifestação do preconceito no contexto escolar, sobretudo, referente às desigualdades de oportunidades e expressões de movimentos entre meninos e meninas, e como esse sexismo pode ser combatido por novas alternativas pedagógicas, ou mesmo, discutindo as repercussões da discriminação sexual no campo profissional, seja esportivo ou escolar (ALTMANN, 1998; ALTMANN, AYOUB, AMARAL, 2011; ALTMANN, MARIANO, UCHOGA, 2012; ALTMANN, 2015; BELTRÃO, ALVES, 2009; CHIÉS, 2006, 2009, 2010, 2017, 2019, 2020; DEVIDE et al. 2011; GOELLNER, 2004, 2010, 2013a, 2013b; LEITE, FEIJÓ, CHIÉS, 2016).

Entre essas contribuições, Altmann et al. (2018) desenvolveu análises em uma pesquisa com meninas e meninos estudantes dos dois últimos (8/9º.) anos do ensino fundamental da região metropolitana de uma cidade brasileira, nas quais buscou-se investigar as percepções desses grupos sobre as experiências com as atividades físicas e esportivas, a frequência com que as praticam dentro e fora da escola, seus interesses em relação a elas e suas percepções a respeito do prazer pela prática, da competência corporal e do apoio social. A investigação aplicou questionários fechados aos estudantes, e a amostra final contou com 1742 sujeitos, provenientes de 39 escolas. Como indicativos demonstrados pelos resultados, o gênero foi sinalizado como um marcador estatisticamente significativo, pois as desigualdades de gênero foram favoráveis aos

meninos em quase todos os aspectos avaliados, exceto no apoio docente, que foi percebido de forma equânime. Helena Altmann et al., em estudos anteriores (2011, 2012), já havia destacado a predominância de espaços esportivos forjados como de dominância masculina no contexto das aulas de Educação Física, exemplificada pela quadra esportiva e a prática do futebol.

A partir desses indícios destacados acerca da literatura, o presente estudo alerta à demanda de estudos que tragam à baila as questões de gênero e sexualidade como elementos centrais à formação docente na Educação Física, portanto, há a hipótese de que apesar de existirem estudos que tratem do preconceito no ambiente escolar, não se esgota a necessidade de subsídios para a análise da efetividade da formação docente dos cursos de Educação Física, inicial e continuada, na atuação pedagógica dessas questões como parte essencial dos planos de trabalho do professorado. Essa fomentação refere-se a um processo de formação de professores/as que deve ser contínuo, principiando com a formação acadêmico-profissional da graduação e prolongando-se na criação de diversas possibilidades de o professorado colocar em foco e avaliação sua própria atuação pedagógica no que tange a ações de combate, desconstrução do preconceito e ressignificação das práticas pedagógicas no cotidiano de suas aulas.

O objetivo geral do presente estudo foi analisar a efetividade da inserção dos temas de gênero e sexualidade nos cursos de formação docente, inicial e continuada, de professores/as de Educação Física. O desenvolvimento da investigação também analisou as concepções e percepções desses/as professores/as de Educação Física acerca de experiências e competências (qualificação/capacitação) para o trabalho pedagógico com os temas de gênero e sexualidade no contexto escolar.

MÉTODO

Participantes

A amostra do estudo foi composta por oito docentes de Educação Física, que formaram dois grupos: 1) dois professores (H1 e H2) e duas professoras (M1 e M2) de escolas públicas; e 2) dois professores (H3 e H4) e duas professoras (M3 e M4) de escolas

privadas. Todas as escolas de lotação dos profissionais estão localizadas em Brasília ou no Distrito Federal.

Para a definição da amostra foram aplicados como *critérios de inclusão*: a) mesmo quantitativo de homens e mulheres; b) faixa etária de 25 a 45 anos; e c) experiência docente na Educação Física escolar de, no mínimo, cinco anos. Como *critério de exclusão* na amostra, o estudo não selecionou professores(as) que trabalhem diretamente com as questões voltadas aos estudos de gênero, seja dentro ou fora do contexto educacional, pois isso, infere-se que geraria um desvio padrão, levantando inferências incongruentes com a realidade a que se pretende investigar com o estudo.

Instrumentos

Foi aplicada uma entrevista semiestruturada (BAUER; GASKELL, 2007) construída e aplicada digitalmente através do app *forms* (formulários) do *google*. O link de acesso ao formulário foi encaminhado via whatsapp e email para professores e professoras que se enquadrassem como amostra do estudo.

Como prerrogativa inicial para acesso à entrevista, foi exposto aos participantes do estudo, o *termo de consentimento livre e esclarecido*, no qual tiveram ciência do direcionamento de análise da pesquisa, afora esclarecimentos da isenção de qualquer prejuízo ou exposição de dados pessoais em qualquer etapa de desenvolvimento ou publicação do estudo. Já com acesso ao corpo do formulário, a sua primeira parte, compatível com um cabeçalho ampliado, apresentou perguntas fechadas direcionadas ao registro de dados gerais: endereço de email, nome, data de nascimento, gênero, escola de lotação (pública ou privada), localização, ano de formação em licenciatura, e tempo de experiência docente.

Subsequentemente, a segunda parte do formulário apresentou perguntas abertas direcionadas a identificar a compreensão, envolvimento e ponto de vista dos/as docentes quanto as questões de gênero e sexualidade nas aulas de Educação Física escolar: 1) conceitos de gênero e sexualidade; 2) abordagem das questões de gênero e sexualidade durante a formação inicial (graduação); 3) abordagem das questões de gênero e

sexualidade em formação continuada; 4) qualificação de suas experiências para o trato pedagógico atual com questões de gênero e sexualidade; 5) papel do/a professor/a de Educação Física no trabalho pedagógico com as referidas questões no contexto escolar; 6) Percepção sobre suas competências ao trabalho pedagógico com questões de gênero e sexualidade nas aulas de Educação Física; 7) Aspectos de favorecimento da atuação pedagógica perante tais questões.

Procedimentos

O estudo apresentou um caráter qualitativo, valorizando os cunhos contextual e interpretativo dos dados coletados, assim como o *locus* de formação e difusão dos saberes a eles atrelados no dia a dia do trabalho docente nas escolas, ressaltando que o processo investigativo se propôs a perambular sobre significados atribuídos pelos/as próprios participantes em relação às questões de gênero, sexualidade e diversidade no contexto escolar.

Para a coleta de dados, o contato com os/as participantes do estudo ocorreu via email/whats App, logo em seguida foi lhes encaminhado o link de acesso ao formulário. Todo o processo de coleta de dados foi empregado pelo sistema digital, sendo favorecido pela possibilidade de controle dos dados e seu arranjo em gráficos que beneficiaram a visualização dos dados qualitativos, além do redirecionamento automático das respostas para o email da pesquisadora.

O presente estudo embasou a sua análise de dados no método de Análise de Conteúdo, referenciado pelos procedimentos e constatações de Laurence Bardin (1977). A finalidade dessa abordagem foi identificar e reconhecer os meandros de significados expressos nas narrativas dos/as participantes. As narrativas recolhidas pelas entrevistas passaram por um processo de organização às mensagens, classificando os elementos em categorias, impondo uma investigação do que cada mensagem apresentava de significados similares com outras mensagens, formando grupos ou categorias em comum.

Gênero e Sexualidade, estamos falando de identidade!

Como salientado por Foucault (1984), a sexualidade carrega uma identidade social marcada pelo universo da cultura e da história, constituindo-se por múltiplos discursos sobre o sexo: discursos que regulam, que normatizam, que instauram saberes, que produzem "verdades": “[...] somos sujeitos de identidades transitórias e contingentes. Portanto, as identidades sexuais e de gênero (como todas as identidades sociais) têm o caráter fragmentado, instável, histórico e plural, afirmado pelos teóricos e teóricas culturais” (LOURO, 2000, p.09). Como um mecanismo de naturalização e normatização de prática sociais, a sociedade coloca prerrogativas ao “gênero” e à “sexualidade” como advindos da natureza do ser humano, portanto, acreditando que todos devam tê-la sob predefinições dadas por parâmetros biológicos. Pretende-se, inclusive pré-definir a sexualidade a partir do gênero, ou seja, no mesmo viés normativo, mulheres e homens devem ter reciprocamente desejo sexual.

Romper pensamentos tradicionais e conservadores tem sido uma prerrogativa para que educadores possam trabalhar com as questões de gênero e sexualidade nas escolas, pois ao se manter visões normatizadas e inflexíveis sobre tais termos, tira-se a multiplicidade que gênero e sexualidade carregam, justamente por representarem identidades sociais. Conforme ressaltado em estudo anterior (CHIÉS, 2020) há uma predominância na sociedade em se adotar uma compreensão reducionista de sexualidade resumindo-a à ideia de relações sexuais, ao ato sexual, sem correlação à formação do *ser*, de sua identidade, e restringindo seus significados a elementos biológicos, ou mesmo, biomédicos, sendo que historicamente as expressões de sexualidade que confrontaram a *heteronormalidade* (BUTLER, 2004) foram taxadas como problemas ou doenças que deveriam ser contidos por moralismo e ações pseudocientíficas da área médica.

Nesse âmbito, os relatos dos/as participantes do estudo destacaram que a sexualidade envolve “[...] as escolhas de relação afetiva ao longo da vida” (M1); “[...] relação íntima entre duas pessoas” (H3), ou mesmo, “comportamentos que concernem à satisfação do desejo sexual” (M4). Apenas no relato de M3 apareceu a perspectiva de que a sexualidade envolve “[...] o que a pessoa escolhe e decide ser”, o que por diferentes

alternativas poderia ser relacionado a uma visão mais ampla que aproximasse o conceito de sexualidade, por exemplo, à identidade sexual. Os embasamentos para os conteúdos dos relatos advêm de referências biológicas construídas no decorrer das épocas como orientação e normatização da sexualidade e dos corpos, tanto que junto aos relatos destacados, na mesma pergunta encaminhada aos/as participantes foi questionado também o conceito de gênero, tendo esse assumido um caráter enrijecido das definições biológicas do sexo, não empregando um sentido social que abarcasse possibilidades de reflexões sobre uma identidade.

Com relação à categoria “gênero”, os relatos também indicaram uma supremacia ao entendimento biológico do termo, assim, para M1: “[...] gênero e sexualidade podem ser considerados construções sociais, sendo o gênero ligado ao sexo biológico, enquanto a sexualidade se refere às escolhas de relação afetiva ao longo da vida”. M4 compreende o gênero subdivido em feminino e masculino, e sexualidade ligada a comportamentos concernentes à satisfação do desejo sexual. H3 afirma que o gênero e sexo são sinônimos, e definidos desde o nascimento, como menino ou menina. Dos relatos analisados apenas M2 respondeu de forma objetiva não ter conhecimento dos conceitos de gênero e sexualidade, enquanto H2 resumiu a sua resposta por “são duas coisas distintas”, fazendo referência a gênero e sexualidade. Alguns relatos também restringiram a ideia de sexualidade, esse foi o caso de H4: “se refere a orientação sexual” e gênero “[...] é como a pessoa se identifica na sociedade a partir do que é definido culturalmente – ser homem ou mulher”.

Há uma relação constituída nos discursos dos/as participantes do estudo, de que sexualidade se define enquanto uma materialidade biológica que deva ser amarrada por uma moralidade sexual, portanto, não há identidade no conceito, mas sim algo que deva ser controlado, que deva ser discutido apenas em casa, que deva ser moldado desde criança, trazendo a ideia de controle para não se escapar, para não se ter a perigosa liberdade. Nesse âmbito há também uma tendência em se acreditar capacitado a tratar pedagogicamente sobre essas questões, isso porque, nesses contextos, acredita-se que não há o que ser dito, apenas há o que ser calado pelo suposto respeito, “ele ou ela é estranho, então, apenas respeite”. Discutir de forma efetiva as questões de gênero e sexualidade na

formação docente justifica-se para se mostrar que esse chamado “respeito” não resolve frente a discriminações, até mesmo porque ele não se sedimenta como um real respeito às diferenças, mas sim a uma tolerância que abarca uma noção de “você existe, eu sei, mesmo eu não te aceitando”. A educação que concretiza a sua existência na instituição escola, tem a responsabilidade de garantir a todos, enquanto aqui se trate de direitos - independente de credo, etnia, identidade sexual, gênero - acesso a uma formação humana e para que isso se constitua, um suposto trabalho pedagógico pelo silêncio não transforma, não é educação.

Ainda é um tabu tratar de assuntos como gênero e sexualidade nas escolas, e isso tem sido um impedimento na evolução de referenciais teóricos e formação de educadores para a identificação de indícios de como devam acontecer tais abordagens com os alunos e como os professores devam ser preparados para pautarem suas práticas pedagógicas na construção de um ambiente inclusivo. Muitos professores ainda pensam como H1, que quando indagado sobre o que poderia ser feito para melhorar a sua atuação pedagógica perante as questões de gênero e sexualidade, respondeu: “[...] parar de colocar isso como disciplina, isso se ensina em casa. E se cada um tem livre arbítrio, ensina a respeitar as diferenças, isso se aprende em casa, com os pais, e com a família”. Atualmente, no campo acadêmico e crítico das diferentes áreas que tratam do gênero, preconceito e sexualidade, reconhece-se que a escola é responsável pela educação escolar e esta precisa criar meios para que todos os indivíduos possam expressar livremente suas identidades, sem prejuízos de qualquer forma de opressão ou exclusão, logo, o silêncio, ou mesmo, a crença em um trabalho restrito da educação familiar como suficiente, não sustenta a garantia de equidade. O silêncio reforça o preconceito, a partir do momento que robustece a condenação daquele e daquela que fogem da normatização polarizada de gênero ou da hetenormatividade. Não tratar dessas questões nas escolas alimenta visões tradicionais, conservadores que viabilizam o discurso cerceador do “respeito a todos, mesmo não concordando”, sobretudo, ao se considerar que a omissão do professor frente a discriminações presentes em suas aulas indica o não cumprimento de suas responsabilidades enquanto educador.

Quer dizer que o respeito que tanto se fala, não resolve?

Nas entrevistas foram aplicadas duas perguntas fundamentais na compreensão desses profissionais sobre os seus papéis enquanto professores/as e suas percepções sobre as questões de gênero e sexualidade. Apenas M1 e M4 sinalizaram diretamente não se sentirem capacitadas ao trabalho com os seus alunos e alunas com as questões de gênero e sexualidade, sendo que M1 ainda complementou: “[...] sinto que me falta preparo para lidar sobre o tema com o público que eu tenho. Já fiz intervenções a respeito, mas ainda não cheguei em uma abordagem ideal”. Para a referida participante no estudo, os professores de Educação Física apresentam uma parcela importante de responsabilidade sobre os termos, pois “[...] lidamos com aspectos culturais, sociais e de saúde a cada aula, e por vezes a nossa disciplina nos possibilita ter uma proximidade maior com os estudantes, o que viabiliza esclarecer temas que podem ser considerados ‘tabus’ em muitas casas”.

H1 e M2 sentem-se capacitados a lidarem com as questões de gênero e sexualidade, dependendo da situação que se apresente em suas aulas, e ambos ressaltam que essa percepção está baseada no fato de já apresentarem o principal: o respeito. Para H1: “eu trabalho isso, o respeito é a melhor maneira de tratar o assunto”, e para M2, “um bom caminho é o respeito e isso já existe em mim”. Esses professores, ao se reportarem ao papel do professor de Educação Física perante tais questões, M2 destacou que deva “conscientizar sobre o respeito”, enquanto para H1, “nosso papel é demonstrar as diferenças e mostrar que podemos fazer tudo, mas que as diferenças não são motivos para exclusões”. Importante destacar que H1 e M2, salientaram em suas respostas na entrevista, que não tiveram em nenhum momento de suas formações, seja inicial na graduação ou em cursos, palestras ou demais atividades condizentes a uma formação continuada, quaisquer discussões, esclarecimentos ou exames englobando gênero, ou mesmo, sexualidade. Por outro lado, H3 respondeu de forma afirmativa sobre sua competência em tratar dessas questões, no entanto, trouxe à tona um discurso semelhante ao relatado: “[...] primeiramente temos que ser profissionais, temos que ensinar aos nossos alunos que antes de tudo tem que ter respeito pelo próximo”.

Quatro participantes (H2, H3, H4, M3) do estudo afirmaram-se capacitados no trabalho pedagógico com as questões de gênero e sexualidade. H2 acredita que suas leituras têm sido primordiais, “[...] leio bastante a respeito do tema e procuro sempre estar muito bem informado”, até porque acredita que é responsabilidade ou papel do professor esclarecer e orientar aos jovens e adolescentes dentro do contexto escolar e fora dele. H4 acredita que o que lhe garantiu capacitação para o trabalho pedagógico com a diversidade e com a abordagem da manifestação do preconceito na sociedade, foram suas experiências durante a graduação e a busca de mais informações depois, por intermédio de cursos. Para M3, mesmo não tendo vivenciado experiências na graduação com as temáticas de gênero e sexualidade, o contato com as questões após a formação inicial, por intermédio de formação continuada, lhe ajudou na capacitação com os temas: “tem que saber lidar com igualdade e respeito”.

Antes de tudo, o presente estudo defende a perspectiva que não se sustenta a ideia de que um professor possa estar capacitado a tratar pedagogicamente com as questões de gênero e sexualidade nas escolas, sem esse ter passado por uma formação inicial e continuada preocupada com a abordagem sistemática dessas problemáticas, logicamente, o inverso também não se ampara, pois não se garante que docentes que tenham passado por essas formações pautadas nas discussões sobre diversidade estejam preparados e consigam combater o preconceito. Posto isso, deve se ressaltar que a formação docente perante as questões de gênero e sexualidade deva compor de forma efetiva a trajetória profissional do educador, ou seja, sua formação inicial e subsequente experiências de formação. O embasamento teórico sobre tais questões é importante, mas não rompe barreiras sozinho, há que existir uma quebra de paradigmas desses professores, para que aqueles comprometidos realmente em serem educadores, possam se perceber como parte de um contexto que sustenta o preconceito, como parte dessa cultura discriminatória, assim, ao reformularem seus *paradigmas pessoais de gênero*, possam chegar a um “olhar de fora”, entender os mecanismos subentendidos que aparecem em suas falas e ações no cotidiano de aulas, e que geram sexismos, exclusões.

Vislumbra-se uma transformação?

Um caminho identificado para se sobrepor a limitações de algumas propostas de inserção das temáticas de gênero e sexualidade nos cursos de formação (inicial ou continuada) de professores tem sido buscar intervenções que estimulem e subsidiem os educadores a questionarem suas próprias ações, mas, primeiramente, devem ser também instigados a perceberem que não estão preparados para tais desafios, mesmo porque as transformações não se projetam no senso comum, ou no “se fazer mais do mesmo”, são imprescindíveis mudanças nas práticas pedagógicas e, antes disso, mudanças sobre a leitura de mundo.

Para tratar da formação do professorado nas questões de gênero e sexualidade, o presente estudo seguiu a abordagem da *Psicologia de Gênero*, na qual se incorre na compreensão dos processos psicológicos desenvolvimentais, partindo do pressuposto de que o ser humano desenvolve-se através da construção dialética da interação e adaptação com o meio sociocultural, processos dialéticos alicerçados pela internalização e externalização suscitadores da tomada de consciência e para a representação dentro dos sistemas de signos (FÁVERO, 2001, 2005, 2010; FÁVERO, MACHADO, 2003; FÁVERO, ABRÃO, 2006). Os paradigmas pessoais englobam a subjetividade e identidade que são construídas na interação do indivíduo com as representações e práticas articuladas em um dado contexto sociocultural, conseqüentemente, abarcam o domínio dos significados culturais na consciência particularizada do indivíduo. Essa interpretação individual traz consigo elementos validados pelo grupo, pela sociedade, dessa esfera que se implica em uma negociação. Os paradigmas pessoais representam processos em permanente constituição por um sujeito ativo, o que nos permite compreender que as mudanças de significados proporcionadas no campo social agem sobre esses indivíduos e ao mesmo tempo são partes inseparáveis do processo de transformação das verdades imersas nas práticas sociais (FÁVERO, 2010).

Para que ocorram mudanças nos *paradigmas pessoais de gênero* é necessário que esses indivíduos sejam estimulados a uma tomada de consciência. A tomada de consciência está abalizada na perspectiva de um sujeito psicologicamente ativo que

constrói um paradigma pessoal, assim há uma abertura para ações que alcancem sua atividade interna, no sentido de lhe facilitar a exploração e a síntese das premissas que sustentam esse paradigma, esclarecendo possíveis contradições e promovendo uma nova fundamentação para a criação e a transformação dos seus significados, e assim por diante (FÁVERO, 2010). A tomada de consciência é o combustível para a mudança, a reconfiguração de algumas práticas pessoais e sociais é acompanhada pela reformulação dos significados atribuídos à vida, aos outros, ao mundo e a nós mesmos. Por conseguinte, a interação com o mundo, com os outros e conosco também passa por câmbios em um ciclo contínuo.

Em investigação anterior (CHIÉS, 2020), que também trabalhou sobre a égide de compreender como as questões de gênero interferem no trabalho pedagógico de professores/as de Educação Física, foi implementado um processo de desenvolvimento de encontros voltados à realização de grupos focais com docentes dos cursos de bacharelado e licenciatura em Educação Física. O referido estudo ratificou a hipótese de que para a mudança no trabalho pedagógico dos professores de Educação Física com as questões de gênero e sexualidade, deve haver antes uma formação efetiva desses educadores perante tais questões, e que essa formação para ser concebida como efetiva, exige-se que esses docentes passem por processos que mudem suas maneiras de pensar, superarem a hegemonia de vieses biológicos, moralistas e de senso comum sobre fatores que se demonstram como desafios na busca por uma escola inclusiva. Não adianta se deparar com um professor que demonstre ou não ter dificuldades de trabalhar com a diversidade, e nos debruçarmos em textos, artigos, livros que este ou aquele professor deva ler para entender melhor o referencial teórico sobre gênero, diversidade, preconceito, sexualidade, dentre outros, pois a mudança ocorrerá por intermédio, do contato com a teoria que embasa essas reflexões, mas conjuntamente, a experiências práticas e interativas, por exemplo, com outros professores, em grupos focais, em situações que se “descortinem” questões implícitas, mascaradas, e reducionistas, para que esses mesmos professores percebam que aquela fala que se concebeu preconceituosa ao ser expressa por outro professor, tem a mesma conotação de sua própria fala.

Abrir a escuta às/aos professoras/es exige certo cuidado e atenção. Cuidado para buscar as formas de organização dos sujeitos pela/na fala, pelas/nas formas de pensar e dizer, de concordar e discordar do outro, de maneira que possam ficar à vontade para se colocarem em diálogo. A análise das falas também demanda atenção para sentir e dar lugar às resistências, aos detalhes e para aguçar os sentidos e ver o que comumente não conseguimos enxergar (FERRARI; GOMES; BERTO, 2020, p.227).

Esse mascaramento do social presente e atuante nas categorias de gênero e sexualidade, é um mecanismo de ação do preconceito, pois se estabelece uma norma de controle que se expõe como biológica e imutável, mas, na verdade, sustenta com poder um conjunto de preceitos da hegemonia da *heteronormatividade* (BUTLER, 2014), assim como destaca Louro (1997, p.21), “[...] O conceito serve, assim, como uma ferramenta analítica que é, ao mesmo tempo, uma ferramenta política”. A partir dos resultados foi demonstrado no estudo, que gênero e sexualidade estariam, no parâmetro da normatização, obrigatoriamente interligados e hegemonicamente correlacionados na visão heterossexual, conforme observado na narrativa dos participantes. Logo, essa relação direta entre gênero e sexualidade expõe a força de caráter hegemônica da heteronormatividade, que avigora a naturalização dos conceitos envolvidos, entre eles: o gênero e o sexo. Conforme, Policarpo (2016) na pressão hegemônica aos preceitos de normalização a heterossexualidade seria a categoria do “normal”.

Quando perguntado aos/às participantes sobre os esclarecimentos e discussão das questões de gênero e sexualidade durante a formação inicial durante a graduação, apenas H4 salientou ter tido experiências sobre essas problemáticas, principalmente por intermédio de sua participação em grupo de estudo durante a graduação. No caso de contato com essas discussões em alguma formação continuada, somente M3 respondeu de forma afirmativa, mas não conseguiu qualificar tais experiências para a sua formação e atuação como professora. Os dados reforçam a constatação de escassez da abordagem de temáticas como a diversidade, o preconceito, ou mesmo, gênero e sexualidade nos cursos de licenciatura, até mesmo porque não se constituiu ainda uma massa crítica que traga reflexões sistematizadas nos planejamentos das unidades curriculares dos cursos e que essas realmente se transformem em práticas educativas transformadoras. Atualmente como uma prerrogativa obrigatória para autorização e funcionamento dos cursos, são

expostos esses temas nos projetos pedagógicos, nos planos de ensino, nas ementas das disciplinas, mas os próprios professores da educação superior ainda não se sentem capacitados a discutirem com seus alunos essas temáticas, essa tem sido a realidade dentro do contexto da inserção dos temas de gênero, sexualidade, preconceito e direitos humanos, com as devidas exceções que se demonstram como resultantes de um longo processo de trabalho e conscientização que determinadas instituições de ensino têm realizado com seus docentes, e esses, em contrapartida, com seus alunos enquanto futuros professores.

No estudo de Rizza, Ribeiro e Mota (2018), ao realizarem um mapeamento em universidades federais brasileiras das cinco regiões brasileiras, e também analisarem políticas educacionais, como as *Diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da educação básica*, as *Diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos* e o *Plano Nacional de Educação (PNE)*, lei 13.005 de 5 de junho de 2014, as autoras salientaram que as políticas educacionais têm produzido efeitos nas grades curriculares dos cursos de licenciatura, tanto que pode ser observado nas ementas, esses temas têm adquirido centralidade, ressaltando a importância do debate e da inclusão nas escolas de temas como gênero e a promoção da diversidade.

No entanto, essas mudanças têm se manifestado ainda em um plano distante do cotidiano das práticas pedagógicas com os/as estudantes dos cursos de licenciatura, sem expressarem em uma universalização dessas discussões como focos na formação docente, tendo-se um viés de transformação em exemplos isolados em que o aluno, como foi o caso de H4, que se sente capacitado a trabalhar com seus alunos as questões de gênero e sexualidade pois teve a oportunidade de, durante a sua graduação, participar de grupo de estudo que abordou diretamente essas questões. De acordo com Devede e Araújo (2019), a falta de conhecimento sobre as temáticas do “gênero” e da “sexualidade” impacta a formação de licenciandos/as de forma negativa, colaborando com a naturalização das desigualdades entre meninas e meninos, uma vez que essas questões fazem parte do cotidiano escolar, mas esses/as futuros/as docentes não apresentam familiaridade com a categoria de gênero, de como essa influência nos processos de exclusão nas aulas de Educação Física escolar. Em última instância, essa (in)visibilidade das temáticas impede

que licenciandos/as possuam ferramentas para atuarem de forma crítica e reflexiva, colaborando para a naturalização das desigualdades, favorecendo ações repressivas e discriminatórias em suas práticas pedagógicas nas escolas.

CONCLUSÃO

Os/as professores/as da educação básica apresentam em seu cotidiano de trabalho o contexto de preconceito no ambiente escolar, enfatizando-se a necessidade de terem em suas formações iniciais e continuadas um aporte crítico que os subsidiem a como combaterem as expressões de discriminação sociais em seus diferentes âmbitos: sexual, econômica e étnica/racial. A partir dessa constatação, a demanda aparece justamente em serem sistematizados meios de trazer definitivamente as temáticas de gênero e preconceito como abordagens nas propostas curriculares dos cursos de graduação (em especial, nos cursos de licenciatura), assim como componente constante de projetos de formação continuada.

Educadores e educadoras não apresentam o preparo adequado para reconhecerem a expressão e caracterização que a questão de gênero e o preconceito (em suas diferentes categorias: raça/etnia, sexualidade etc.) ganham no ambiente escolar, muito menos ainda para sobrepor as ideias preconcebidas, e identificarem, em suas próprias práticas pedagógicas, o reforço a estereótipos forjados nas diferenças pertinentes ao gênero (VIANNA; UNBEHAUM, 2004). Por isso, os avanços nas discussões do gênero e preconceito entre profissionais da educação ressaltam a indigência de propostas que levem a um terreno fértil para mudanças mais efetivas, não circunscritas à garantia de acesso igual a meninos e meninas, ou a um discurso mascarado na igualdade, mas traçando uma nova realidade a partir da construção gradativa de mudanças.

A importância do estudo justifica-se pelo fato de que identificar preconceitos e as práticas discriminatórias em relação à diversidade sexual e de gênero no espaço escolar é uma forma de denunciar e, a partir disso, formular meios de ação para o combate, impedindo que esses processos de exclusão presentes em nossa sociedade sejam expandidos ao cotidiano escolar. Por outro lado, é também uma forma de perceber e

construir diferentes e positivas possibilidades de lidar com a diversidade humana como parte essencial da formação de cidadania.

Há a necessidade de mais estudos que possam descobrir alternativas e ações que venham a promover a desconstrução de preceitos estabelecidos no contexto escolar voltados a padrões de normalidade e aceitação social. O trabalho efetivo com a formação docente permite que professores sejam orientados a revisitarem suas práticas e suas concepções, assim sendo motivados a demarcarem um caminho para sua prática pedagógica que leve à valorização da diversidade e dos direitos humanos. Vale ressaltar que não houve diferenças relevantes entre os relatos de homens e mulheres, contudo, ressalta-se o imperativo de mais estudos, com amostras maiores que possam subsidiar comparações entre as categorias formadas nos dois grupos.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, H. **Rompendo fronteiras de gênero: Marias (e) homens na educação física.** Dissertação de mestrado em educação. Belo Horizonte: UFMG, 1998, 111p.

ALTMANN, H.; AYOUB, E.; AMARAL, S. C. F. Gênero na Prática Docente em Educação Física: “meninas não gostam de suar de suar, meninos são habilidosos ao jogar”? **Estudos Feministas, Florianópolis**, v. 19, n. 2, p.492-500, maio 2011. Trimestral.

ALTMANN, H.; MARIANO, M; UCHOGA, L. A. R. Corpo e movimento: produzindo diferenças de gênero na educação infantil. **Pensar a Prática**, Goiânia, n. 2, p. 285-302, abr. 2012.

ALTMANN, H. **Educação Física escolar: relações de gênero em foco.** São Paulo: Cortez, 2015. (Coleção Educação & Saúde).

ALTMANN, H. et al. Gênero e cultura corporal de movimento: práticas e percepções de meninas e meninos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, V. 26, N.01, 2018.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** São Paulo: Vozes, 2007.

BELTRAO, K. I.; ALVES, J. E. D. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v.39, n.136, p.125-156, jan./abr. 2009.

BRASIL. **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos**, 2010.

BUTTLER, J. Regulações de Gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.42, 2014.

CHIÉS, P. V. “Eis Quem Surge no Estádio: É Atalante!” A História das Mulheres nos Jogos Gregos. **Movimento**, Porto Alegre, v.12, n. 03, p. 99-121, setembro/dezembro de 2006.

CHIÉS, P.V.; **A trajetória profissional de mulheres na Educação Física: Estudo psicossocial de gênero, identidade e trabalho em profissões masculinas**. 2009. Tese (Doutorado em Psicologia Social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC – SP, São Paulo, 2009.

CHIÉS, P. V. Identidade de gênero e identidade profissional no campo de trabalho. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.18, n.02, 2010.

CHIÉS, P. V. O Grupo de Estudos Socioculturais e Pesquisa em Educação Física (GESPEF): linhas de pesquisa e articulações teórico-metodológicas com a categoria analítica “gênero” e a crítica feminista. In: ATHAYDE, P. F. A.; REZENDE, A. (Orgs.). **Produção de conhecimento na Educação Física: retratos atuais e cenários prospectivos**. Curitiba: Appris, 2017. p.211-254.

CHIÉS, P. V. Você desiste? Não desisto, e vou ficar bem na frente! o sexismo nos relatos orais de professores de Educação Física. **RECORDE: Revista de História do Esporte [online]**, v. 12, n.01, 2019.

CHIÉS, P. V. *Fui Eu Que Falei Isto?...* A tomada de consciência e as mudanças de paradigmas pessoais de gênero. In: ATHAYDE, P. F. A.; WIGGERS, I. D. **Produção de conhecimento na Educação Física: pesquisas e parcerias do Centro da Rede Cedes no Distrito Federal**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2020. (Coleção Educação Física). p. 121-135.

DEVIDE, F. P. et al. Estudos de gênero na Educação Física Brasileira. **Motriz**, Rio Claro, n.1 p.93-103, 2011.

DEVIDE, F. P.; ARAÚJO, A. B. C. “Gênero” e “sexualidade” na formação em Educação Física: uma análise dos cursos de licenciatura das instituições de ensino superior públicas do Rio de Janeiro. **Arquivos em Movimento**, Rio de Janeiro, v.15, n.1, p.25-41, 2019.

DINIS, Nilson Fernandes. “Educação, relações de gênero e diversidade sexual”. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 103, p. 477-492, maio/ago. 2008.

FÁVERO, M. H.; MACHADO, C. M. C. Tomada de Consciência e a Prática de Ensino: Uma Questão para a Psicologia Escolar. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 16, n.01, 2003.

FÁVERO, M. H. “E se fosse comigo?”: os adolescentes frente a uma situação hipotética da gravidez. **Universitas Psicologia**, Psicologia, v.02, n. 02, p. 62-81, 2001.

FÁVERO, M. H. Desenvolvimento psicológico, mediação semiótica e representações sociais: por uma articulação teórica e metodológica. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 17-25, 2005.

FÁVERO, M. H.; ABRÃO, L. G. M. “Malhando o Gênero”: O Grupo Focal e os Atos da Fala na Interação de Adolescentes com a Telenovela. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 22, n.02, 2006.

FÁVERO, M. H. **Psicologia do gênero**: psicobiografia, sociocultural e transformações. Curitiba: UFPR, 2010.

FERRARI, A.; GOMES, C.; BERTO, C. A prática docente e as relações de gênero e sexualidades: conversando com professoras e professores. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 27, n. 1, p. 223-243, 1 fev. 2020.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 2**: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

GESSER, M.; OLTRAMARI, L. C.; PANISSON, G. “Docência e concepções de sexualidade na educação básica”. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 27, n. 3, p. 558-568, 2015.

GOELLNER, S. V. Mulher e o esporte no Brasil: fragmento de uma história generificadas. In: SIMÕES, A. C.; KNIJNIK (Org.). **O mundo psicossocial da mulher no esporte**: comportamento, gênero, desempenho. São Paulo: Aleph, 2004. p. 359-374.

GOELLNER, S. V. **A Educação os Corpos, os Gêneros e das Sexualidades e o Reconhecimento da Diversidade**. RBCE: Cadernos de Formação, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p.71-83, mar. 2010.

GOELLNER, S. V. A contribuição dos estudos de gênero e feministas para o campo acadêmico-profissional da Educação Física. In: DORNELLES, P. G.; WENETZ, I.; VILODRE, M. S (Org.). **Educação Física e gênero**: desafios educacionais. Ijuí: Unijuí, 2013a. (Coleção Educação Física). p. 23-44.

GOELLNER, S. V. A produção cultural do corpo. In: LOURO, G. L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. V. (Org). 9. ed. **Corpo, gênero e sexualidade**: Um debate contemporâneo na educação. Petrópolis-RJ: vozes, 2013b. p. 30-42.

JAKIMIU, V. C. de L. Extinção da SECADI: a negação do direito à educação (para e com a diversidade). **Revista de Estudos em Educação e Diversidade**. v. 2, n. 3, p.115-137, jan./mar. 2021.

LEITE, L. G; FEIJÓ, J. P. CHIÉS, P. V. Qual o gênero do brincar? Aprendendo a ser “menino”... Aprendendo a ser menina”. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 28, n. 47, p. 210-225, maio 2016.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, G. (Orga.) **O corpo educado**: Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, G., NECKEL, J. F. L., GOELLNER, S. V. (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2003.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho**: Ensaios sobre sexualidade e teoria *queer*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2004.

MADUREIRA, A. F. do A; BRANCO, A. U. “Gênero, Sexualidade e Diversidade na Escola a partir da Perspectiva de Professores/as”. *Temas em Psicologia*, v. 23, n. 3, p. 577-591, 2015.

POLICARPO, V. M. N. de M. Para lá da heteronorma: subjetivação e construção da identidade sexual. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 24, n. 2, 2016.

ROHDEN, F. Gênero, sexualidade e raça/etnia: desafios transversais na formação do professor. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 136, jan./abr. 2009.

RIZZA, J. L.; RIBEIRO, P. R. C.; MOTA, M. R. A. A sexualidade nos cursos de licenciatura e a interface com políticas de formação de professores/as. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 44, 2018.

SOARES, Z. P., MONTEIRO, S. S. Formação de professores/as em gênero e sexualidade: possibilidades e desafios. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 35, n. 73, p. 287-305, jan./fev. 2019.

VIANNA, C. P.; UNBEHAUM, S. O gênero nas políticas públicas de educação no brasil: 1988-2002. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 121, jan./abr. 2004.